

A Belle Époque Brasileira: as transformações urbanas no Rio de Janeiro e a sua tentativa de modernização no século XIX

Sérgio Luiz Milagre Júnior*
Tabatha de Faria Fernandes**

RESUMO

O presente artigo propõe, através de estudo bibliográfico, analisar o processo de inserção do Brasil na *Belle Époque*, por meio das transformações urbanísticas que ocorrem no Rio de Janeiro, no século XIX, tendo a França como uma referência cultural. Para tal, será discutido, ainda, conceitos de modernização, modernidade e modernismo, a fim de entender esse contexto de ruptura de uma sociedade tradicional para outra moderna. O objetivo principal foi mostrar que, mesmo com a ruptura do passado tradicional, muito se preservou do período colonial.

Palavras-chave: Modernidade; Modernização; Paris; Rio de Janeiro.

Marshall Berman (2007) escreve que

[...] para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados; multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estorrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade. (BERMAN, 2007, p. 28).

Esse trecho, extraído de **Tudo que é sólido desmancha no ar**, resume bem o que propõe esse artigo: a modernização do século XIX que ocorre no ambiente das cidades e seus desdobramentos. Tendo isto como base, focar-se-á nas cidades de Paris e

* Graduando do Curso de História pela PUC Minas; Bolsista do NEMHE – Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço, no CEFET/MG, financiado pelo CNPq; este trabalho teve a orientação da Prof.^a Dr.^a Alexandra do Nascimento Passos (UNI-BH).

** Graduanda do Curso de História pela PUC Minas; este trabalho teve a orientação da Prof.^a Dr.^a Alexandra do Nascimento Passos (UNI-BH).

do Rio de Janeiro, demonstrando a influência notória da primeira na modernização da segunda (o que também ocorreu em outras cidades da América Latina), durante o período conhecido como *Belle Époque*¹.

Na primeira parte, elucidaremos os principais conceitos utilizados neste trabalho, como modernização, modernismo e modernidade, de forma a mostrar que, o Rio de Janeiro, a partir de uma tentativa de se espelhar nos moldes franceses de urbanização, enquadra-se muito mais em uma modernização, que, de fato, em uma modernidade como almejava.

Já na segunda parte, tratar-se-á da França no século XIX, desde o seu crescimento até as tentativas de frear ou limitar os marginalizados urbanos que não conseguiam se enquadrar nos moldes civilizacionais pregados, e como isso foi uma importante influência para o pensamento carioca.

Na terceira parte, trataremos, especificamente, do Rio de Janeiro. Uma primeira análise será feita do seu crescimento não planejado e da impossibilidade de limitar uma população que se expandia sem possibilidades da cidade acompanhar esse crescimento. A segunda análise aborda a formação da elite brasileira, como responsável por importar os modelos europeus, principalmente de influência francesa, e tentar transportá-los para o Rio de Janeiro em busca de uma melhoria urbana e rumo à civilização e modernidade tão desejada por essa elite.

A última parte do trabalho mostra as reformas em si e o fracasso da tentativa de transplantar os modelos europeus, que, nos dizeres de Needell (1993), não passou apenas de uma “máscara europeia”, mas com um núcleo brasileiro, não condizente, portanto, com a modernidade desejada.

Modernização, Modernismo e Modernidade

“Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’.” (BERMAN, 2007. p. 24). Essa passagem é clara ao delimitar o contexto dos séculos XIX e XX e ao apresentar as diversas mudanças e processos sociais que se destacam naquele momento. Percebe-se que o autor vê o século XIX como uma ruptura dentro da história, algo líquido e não exatamente palpável.

¹ *Belle Époque*, segundo Ortiz (1991), é o momento em que a França se torna uma sociedade moderna. Seria, esta, um refluxo de uma época, que, ao mesmo tempo, que trazia o fim de uma civilização, portava os germes da que, a partir dali, nascia a nova sociedade francesa. A ideia de uma Idade de Ouro só veio posteriormente, os que ali viviam não entendiam dessa forma, mas como um momento de declínio.

Nota-se o esfacelamento dos alicerces da sociedade tradicional. Tudo que é sólido, portanto, dentro da cultura europeia, vai se desfazendo durante os séculos XIX e XX. Todas as suas crenças, valores e ideais vão se transformando de uma sociedade tradicional para uma moderna, carregando em si todo o caráter de transição.

Modernização, portanto, refere-se a esse processo dinâmico, de passagem, que ocorre com a sociedade, gerando “turbilhão”, que seriam processos importantes nesse momento, como: descobertas científicas, industrialização, expansão urbana, os Estados Nacionais, movimentos de massa, um mercado mundial capitalista etc.

Quanto ao conceito de Modernismo, entende-se como uma visão mais cultural dentro desses processos sociais, no qual o homem é visto como sujeito e objeto da modernização. O modernismo seria, assim, uma cultura dentro do mundo das ideias.

Temos, ainda, a definição de Modernidade, que, segundo Perry Anderson (1984), é o termo do meio, que está entre modernização e modernismo. Nem processo econômico, nem visão cultural, mas a experiência histórica, a mediação entre um e outro.

Segundo Parreiras (2001), a Modernidade é um movimento de industrialização, urbanização e expansão, fundado com o primado da razão, totalmente ligado ao processo capitalista.

A autora demonstra, ainda, como o processo de modernização na América Latina foi completamente diferente daqueles europeus. Aqui, o processo de modernização é exógeno e delineado por interesses externos, construído sem nenhuma espontaneidade, diferentemente do que ocorreu por lá. E, ainda, é um processo conservador, longe de ser um processo libertador como o europeu. Para ela,

[...] o que seria uma urbanização dentro do que foi apresentado no conceito de modernidade, degrada-se num arremedo de modernidade, corroborando a ideia de que esse ‘espírito’ tão do mundo europeu-capitalista encontra nas áreas periféricas seus limites estruturais intransponíveis, portanto inconclusos – apenas uma modernização. (PARREIRAS, 2001, p. 52).

Dessa forma, tendo como base tais conceitos e entendendo os processos característicos da Europa do século XIX e adaptados para a América Latina, busca-se, a partir daí, analisar o processo de urbanização que ocorre no Rio de Janeiro, durante a virada do século XIX, e a influência/inspiração francesa como molde de modernidade e civilização e se, de fato, o Rio se encaixa em uma modernidade ou, apenas, em uma modernização líquida e não palpável.

A França do século XIX: modelo de modernização

As cidades não são invenções contemporâneas. Elas estão ligadas, conforme apresenta Rémond (1974), desde a existência de sociedades organizadas, que ultrapassam a estrutura familiar e o parentesco de sangue. Nesse sentido, nos indaga Rémond: no que as sociedades contemporâneas se diferem? Segundo ele é a “[...] mudança no que se refere à quantidade e no que se refere à qualidade.” (RÉMOND, 1974, p.137). Para esse autor,

[...] a partir de 1800, com intervalos e bruscas acelerações, o fenômeno urbano sofreu um impulso irresistível. As cidades de outrora transformaram-se em grandes cidades, as grandes cidades tomaram proporções gigantescas e o número total de cidades se multiplicou. (RÉMOND, 1974, p. 137).

Entre a Restauração e o início do Segundo Império, a sociedade francesa conhece uma mudança radical na sua própria estrutura. É, nesse momento da história da França, que temos, de fato, uma modernização em suas cidades.

Anteriormente, segundo Ortiz (1991), temos uma França completamente atrasada em relação à Londres, com mais de 52% da população vivendo da agricultura, por volta de 1850. O processo de mutação social francesa é substancialmente lento. Até meados do século XIX, o trabalhador francês é ainda um artesão, e não um operário. Esse atraso industrial francês se deve às características da sua primeira metade do século XIX, que vai da Revolução Francesa até aproximadamente 1850.

Entre as cidades mais desenvolvidas, destacam-se Londres e Paris, pois eram as maiores e mais estruturadas na Europa. Hobsbawm (1977b) diz que

[...] em 1830, havia, uma cidade ocidental de mais de um milhão de habitantes (Londres), uma de mais de meio milhão (Paris) e – tirando a Grã-Bretanha – somente dezenove cidades europeias de mais de 100 mil habitantes. (HOBSBAWM, 1977b, p. 236).

Segundo Rémond (1974), a cidade mudou de natureza, de aparência, assim como suas funções também mudaram, devido à economia, à técnica e à formação do Estado:

A extensão da superfície das cidades, o aumento do número de seus habitantes e as mudanças daí resultantes deram origem a uma série de problemas radicalmente novos: subsistência, abastecimento, evacuação, circulação, alojamento, administração, ordem pública, para os quais o governo foi obrigado a procurar soluções. (RÉMOND, 1974, p. 138).

Para Hobsbawn (1977a), apesar de muitas destas transformações serem pequenas, elas eram fundamentais para o momento. Ele ainda destaca três alterações importantes naquele momento: na demografia, na comunicação e no comércio.

A primeira destaca o aumento populacional que se tem, não só no ambiente da cidade (pelo êxodo rural), mas um real aumento da população, devido à melhoria de alimentos, transportes e condições de vida (para alguns, não todos).

A segunda mudança, nas comunicações, foi inferida pelo movimento industrial que motivou o aparecimento das ferrovias. É no Segundo Império que se formam as grandes companhias de estrada de ferro: em 1908, a quilometragem explorada por estas companhias já chegava a 40.239, segundo Ortiz (1991). Com isto, a distância entre as pessoas vai diminuindo, o telefone e a imprensa também se intensificam e colaboram nesse momento. Por fim,

[...] se a fome se tornou menos ameaçadora no mundo ocidental neste período (exceto em anos de fracasso quase universal nas colheitas, como em 1816-7 e 1846-8), foi primordialmente devido a essas melhorias no transporte, bem como, é claro, à melhoria geral na eficiência de governo e administração. (HOBSBAWN, 1977b, p. 239-240).

A terceira mudança foi de ordem econômica, com o aumento do volume do comércio e das emigrações.

Todas essas principais transformações, além de outras não elencadas aqui, trouxeram consequências para o crescimento das cidades.

A extensão do espaço foi uma dessas consequências. As cidades logo se tornaram apertadas, e houve a necessidade de alargá-las e fortificá-las. Segundo Rémond (1974, p. 144), “[...] as administrações também cuidam da manutenção da limpeza, substituindo os revestimentos das ruas pelo paralelepípedo ou pelo asfalto e construindo calçadas à beira do leito carroçável.”.

Outra mudança foi quanto ao abastecimento, tanto de água como alimentos. Acaba sendo necessário buscar, cada vez mais longe, grandes quantias de alimento. Temos ainda a falta da coleta de lixo, que traz grandes problemas destacando grandes epidemias por elas causadas também naquele momento.

A busca de ordem e segurança foi primordial nesse pensamento em busca de uma modernidade no século XIX, tal como a preocupação com a segurança contra o fogo (que sempre assombrou cidades, desde Constantinopla ou Londres 1666):

[...] as cidades se protegem, pouco a pouco, contra a propagação do fogo: a construção em pedra ou metal, que diminui os riscos de combustão, o alargamento das ruas, a organização de serviços permanentes de bombeiros profissionais. (RÉMOND, 1974, p. 145).

Além da Higienização, que sempre foi um grande problema das cidades desde sua formação, havia também uma preocupação com o combate aos viciosos e vadios.

Dáí surge a necessidade de combater essa “marginalidade perigosa”, conforme apresenta Bresciani (2004), além de embelezar a cidade e mostrar o auge de uma modernidade e civilização francesa.

Napoleão III declarou o Segundo Império em 1851, proclamando-se Imperador depois da Revolução de 1848. Era sobrinho de Napoleão Bonaparte. A partir de Napoleão III, Paris se transformou radicalmente, tornando-se a cidade mais imponente da Europa durante seu governo.

O planejamento da cidade deve-se a um principal homem: Haussmann. Ele modificou parques parisienses e criou outros, construiu vários edifícios públicos, como a L’Opéra. Melhorou, também, o sistema de distribuição de água e criou a grande rede de esgotos.

O Barão de Haussmann, como era conhecido, foi encarregado pelo novo imperador de modernizar a cidade. Para isto, o Barão demoliu as antigas ruas, pequenos comércios e moradias da cidade e criou uma capital ordenada sobre a geometria de grandes avenidas e bulevares, uma nova disposição que também iria colaborar com o fim dos levantes populares, além de “conter as multidões perigosas” (BRESCIANI, 2004), as barricadas de Paris.

Com todas essas mudanças, foi dado ao mundo europeu o primeiro exemplo de como refazer uma cidade antiga de modo a torna-la prática e bonita. [...] A Paris do Segundo Império era ao mesmo tempo extraordinariamente simbólica e cuidadosamente prática. (NEEDEL, 1993, p. 51-52).

O período de transformação radical de Paris vai de 1853 até 1870, momento dessas reformas urbanísticas, e, segundo Ortiz (1991),

[...] tudo se passa como se as mudanças estruturais da sociedade se refletissem no espaço urbano, que deve agora se distanciar das cidades vetustas do Antigo Regime, com suas ruas estreitas e tortuosas. Um novo modelo de modernidade urbanística se impõe, privilegiando as grandes vias, a circulação dos transportes e dos homens. A reformulação do espaço urbano não se restringe, porém, a Paris; ela se estende a localidades variadas – Lyon, Marselha, Bordeaux. (ORTIZ, 1991, p. 21).

É a partir destas mudanças que temos o que Ortiz (1991) chama de “segundo século XIX”, que vai de 1850 a 1914. Portanto, o surgimento da nova sociedade moderna é apresentada através de suas cidades, sua urbanização, suas transformações sociais, urbanização, símbolos, etc.

A Europa, e principalmente a França, não iria ficar trancafiadas em suas próprias mudanças. Era preciso exportá-las. Não houve mercado melhor para essa influência do que os países recém-independentes da América Latina, entre eles o Brasil.

A Belle Époque carioca

O crescimento do Rio de Janeiro no século XIX e suas consequências

O Rio de Janeiro era a capital mais desenvolvida do Brasil e exemplo para as demais. Só que isso não vinha a qualquer custo, pois juntamente acompanhavam-na as mazelas de um crescimento sem planejamento.

Sevcenko (1999, p. 52) afirma que “[...] a maior cidade brasileira veria sua população no período de 1890 a 1900 passar de 522. 651 habitantes para 691. 565 habitantes, numa escala impressionante de 33% de crescimento (3% ao ano)”. De fato, são números impressionantes, mas que apresentavam, por trás, uma situação trágica.

A cidade foi fundada em um morro (o do Castelo) e cresceu ao redor do cais, que se estendia ao longo da costa leste, ao pé do morro. Apesar de exuberante, Needell (1993, p. 43-44) afirma que o fato de ser extremamente “[...] irregular prejudicou o crescimento do Rio. Morros, charcos e lagoas, característicos da região, deixavam pouco espaço para uma expansão descomplicada.”

Carvalho (1987) afirma que, dentre as mudanças ocorridas no Rio de Janeiro durante a passagem do século XIX, três se destacam: a primeira é a gradual abolição e as consequências desse fato, como aumento da mão de obra livre, êxodo rural e imigração; outro ponto é o desequilíbrio entre os sexos, já que se tem uma maioria masculina solteira e a decorrente baixa de famílias regularizadas (o que levaria a uma crise moral); um último ponto importante é o acúmulo de pessoas sem ocupação, mais conhecidos como desempregados, vadios ou ociosos.

Isso prevalece até na visão de alguns viajantes, conforme apresenta Needell:

Na melhor das hipóteses os viajantes descreviam o Rio como um lugar exótico, repleto de quintas, arquitetura colonial, multidões de trabalhadores e vendedores ambulantes negros com roupas coloridas em meio à vegetação

luxuriantes. Na maioria das vezes, contudo, predominava o temor do morticínio periódico causado pela febre amarela e o desprezo pelas ruas sujas e superlotadas, pelo mau gosto e fedor de sujeira, suor e perfume dos locais públicos. (NEEDEL, 1993, p. 53).

Carvalho (1987), da mesma forma, afirma que a população do Rio:

[...] poderia ser comparada às classes perigosas ou potencialmente perigosas de que se falava na primeira metade do século XIX. Eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro, a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República. Morando, agindo e trabalhando, na maior parte, nas ruas centrais da Cidade Velha, tais pessoas eram as que mais compareciam nas estatísticas criminais da época, especialmente as referentes às contravenções do tipo desordem, viadagem, embriaguez, jogo. (CARVALHO, 1987, p. 17-18).

Já Chalhoub (1996) afirma que as classes pobres não poderiam ser vistas como perigosas só pelo fato de oferecerem problemas para a ordem pública e organização do trabalho. Para ele, os pobres ofereciam, também, perigo de doenças:

[...] os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a realidade, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moralidade dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Esse era o panorama geral do Rio de Janeiro: relevo acidentado dificultando a edificação de residências, construções que não acompanhavam a demanda de habitantes, insalubridade da capital, doenças contagiosas, varíola, tuberculose, febre amarela, dificuldade de abastecimentos alimentares e outros gêneros, desemprego crônico, carência de moradias, fome, baixos salários, misérias, entre outros problemas. Conforme apresenta Sevcenko (1999, p. 52), “[...] eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia a parte maior e mais humilde da população provar”.

Diante dessas preocupações, as autoridades não ficaram estáticas. Algumas leis passaram a ser promulgadas para repressão à ociosidade, prisões com penas com trabalho, ensino profissional, reformas higienistas, aplicação de vacinas compulsórias etc. Todavia, o atraso, vergonha do Brasil, “[...] não eram simplesmente a insalubridade

e ineficiência colonial da Cidade Velha, elas eram os símbolos de uma cultura que os cariocas europeizados queria esquecer.” (NEEDELL, 1993, p. 70-71). Assim, modernizar o Brasil era acabar com o estigma colonial que assombrava a cultura “civilizada” e espelhada na Europa.

Dentre as possibilidades de modificações simbólicas, a arquitetura urbana foi uma delas.

A formação da elite brasileira

Mas quem trazia toda essa influência francesa para os trópicos? A elite brasileira, que estava dividida em duas frentes.

De um lado os membros da nova elite de fazendeiros paulistas viram na República e com a reforma federalista de Campos Sales, uma redistribuição do poder mais favorável a seus interesses regionais. “Eles vislumbravam uma federação descentralizada, na qual cada unidade desfrutaria da receita que gerasse e seria governada por representantes eleitos pela elite local”. (NEEDELL, 1993, p. 23).

De outro lado, bem diverso era a outra base do movimento republicano, firmado por um agrupamento urbano de homens movidos pela paixão por um novo Brasil, por um país em oposição à realidade agrária com a qual a elite paulista se satisfazia plenamente. “Esta concepção de um novo Brasil, embora variasse segundo seus proponentes, apresentava um denominador comum: a reformulação do país conforme os modelos políticos apresentados pelos republicanos norte-americanos e franceses.” (NEEDELL, 1993, p.23).

Needell ainda afirma que:

[...] esses estudantes, estivessem ou não sob a influência direta de positivistas como Benjamin Constant [de Botelho Magalhães] (1837-91), absorveram o cientificismo difundido pelo pensamento europeu da época e em geral viam a si mesmos como servidores cientificamente treinados do futuro de sua nação – os defensores altruístas e militantes da ‘modernização’ da pátria. (NEEDELL, 1993, p. 27).

Esta era, então, a tradição arquitetônica que orientava as ponderações do júri encarregado de julgar as fachadas do Rio de Janeiro. Predominava-se a influência intelectual francesa. “Muller, Frontin, Pereira Passos, Saldanha da Gama, Aarão Reis e Jorge Lossio eram todos engenheiros educados nas instituições francófilas de engenharia do Rio ou seus representantes: a Escola Politécnica e o Instituto

Politécnico”. (NEEDELL, 1993, p. 63). Entre os demais – “Feijó Júnior, Oswaldo Cruz, Irmael da Rocha e Rodolfo Bernadelli –, Cruz fora educado em Paris (Institut Pasteur) e a família de Bernadelli estava há muito ligada à herdeira brasileira da École des Beaux-Arts não poderia deixar de influenciar o júri de arquitetura.” (NEEDELL, 1993, p. 63). O período pós-Haussmann (1870-1914) marcou o auge da influência francesa no Rio de Janeiro.

Toda essa análise já nos antepõe a ideia de que a modernidade no Brasil não foi tal qual ocorreu na Europa. Essa modernização, conforme apresenta Parreiras (2001) foi imposta de fora para dentro. Para melhor entender essa modernidade falha, buscaremos analisar como o Rio de Janeiro absorve de forma exógena sua urbanização, sendo mais uma modernização do que se enquadrando dentro da modernidade europeia.

As transformações no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro, então capital e cidade mais representativa, apresentou não só um fervilhamento de ideias revolucionárias como, também, mudanças urbanas em busca de uma nova cidade, que rompesse com o passado colonial e apresentasse algo novo, mais parecido com a civilização desejada pela modernidade.

Todavia, conforme apresenta Needell (1993, p. 42), “[...] não há como negar a ocorrência de mudanças no período, mas a persistência de estruturas duradouras, adaptadas a circunstâncias instáveis, talvez seja o dado mais importante”, ou seja, a *Belle Époque* significou tanto a continuidade de um passado colonial como um potencial de mudança no novo período.

O surgimento da ideologia higienista, claramente apropriada dos pensamentos europeus, principalmente francês, revela-se:

[...] como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao verdadeiro, à civilização, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no caminho da civilização. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma científica – isto é, neutra, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes. (CHALHOUB, 1996, p. 35).

Chalhoub (1996) continua:

[...] tal ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação saneadora dos engenheiros e médicos que passaria a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889. [...] o que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história. (CHALHOUB, 1996, p. 35).

No período trabalhado, temos Rodrigues Alves como Governador do Rio, Pereira Passos como prefeito e Oswaldo Cruz como principal médico. Todos com projetos de saneamento, urbanização e modernização do Rio de Janeiro.

Needell (1993), afirma que:

Um lugar-comum pouco investigado é a afirmação de que as reformas empreendidas por Pereira Passos em 1903-6 relacionavam-se de algum modo com sua formação francesa ou com os projetos da década de 1870. Documentos do engenheiro e publicações da época confirmam isso, ressaltando a importância de Haussmann. [...] A inspiração em Haussmann, portanto, era consciente e bem fundamentada, e fora decidida por um grupo extremamente profissional. (NEEDELL, 1993, p. 55).

Sevcenko (1999) corrobora com tal afirmação, quando afirma que:

[...] nos navios europeus, principalmente franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as notícias sobre as peças e livros mais em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, as estéticas e até as doenças, tudo enfim que fosse consumível por uma sociedade altamente urbanizada e sedenta de modelos de prestígio. (SEVCENKO, 1999, p. 37).

Dentro dessa lógica, é possível elencar algumas construções no Rio de Janeiro que exemplificam bem a tese do texto. Pereira Passos pavimentou ruas, construiu calçadas, asfaltou estradas, abriu túneis (Túnel do Leme, que liga Copacabana à Cidade Velha), iniciou a Avenida Atlântica, melhorou mercados e instalações portuárias, embelezou praças (Quinze de Novembro, Onze de Junho, Tiradentes etc). Além disso, alguns costumes cariocas como cuspir no chão dos bondes, venda de leite de vaca de porta em porta, criação de porcos na cidade, descuido de pinturas nas fachadas da casa, entre outras medidas, foram tomadas para regular o povo carioca, rumo à modernização.

Sevcenko (1999) afirma que:

[...] o resultado mais concreto desse processo de aburguesamento intensivo da paisagem carioca foi a criação de um espaço público central na cidade, completamente remodelado, embelezado, ajardinado e europeizado, que se desejou garantir com exclusividade para o convívio dos 'argentários'. A demolição dos velhos casarões, a essa altura já quase todos transformados em pensões baratas, provocou uma verdadeira 'crise de habitação'. [...] Desencadeia-se simultaneamente pela imprensa uma campanha, que se

prolonga por todo esse período, de ‘caça aos mendigos’, visando à eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade. (SEVCENKO, 1999, p. 34).

A Avenida Central do Rio, quando inaugurada em 1910, também expressou essa modernização tropical. Ela seria uma vitrine da civilização, já que havia sido planejada com objetivos que ultrapassavam em muito as necessidades estritamente viárias além de uma magnífica paisagem urbana passou a embelezar o Rio. “A Capital Federal possuía agora um bulevar verdadeiramente ‘civilizado’ – duas muralhas paralelas de edifícios que refletiam o máximo de bom gosto existente – e um monumento ao progresso do país.” (NEEDELL, 1993, p. 60-61).

Não era qualquer edifício que podia ser construído naquela região ‘civilizada’. Segundo Needell:

[...] os edifícios foram destinados a empresas estrangeiras e nacionais, comerciais e de infra-estrutura; à recreação e ao consumo de produtos europeus de luxo; a instituições vinculadas à literatura consagrada e às belas-artes; à igreja e a órgãos governamentais. (NEEDELL, 1993, p. 62).

Deve-se olhar, todavia, essa influência francesa com cuidado, pois a urbanização do Rio, assim como toda a influência da *Belle Époque*, trouxe o dinamismo da metrópole para a capital brasileira, só que em troca acabou negando aspectos da brasilianidade.

Havia, conforme apresenta Needell (1993, p. 67), “[...] na avenida, como a *Belle Époque* que simbolizava, pulsava entre dois pólos [...]”, ou seja, um corpo brasileiro com máscara francesa. Assim, apesar de faltar coerência arquitetônica do modelo parisiense, “[...] tal edifício transmitia com eficácia, por meio de sua fachada, de sua localização na avenida e de produtos ou vínculos europeus, a sensação neocolonial de civilização”.

Segundo Sevcenko,

[...] por trás dessas recriminações, estava o anseio de reservar a porção mais central da cidade, ao redor da nova avenida, para a ‘concorrência elegante e chic’, ou pelo menos modelar por esse padrão todos ou tudo que por ali passasse ou se instalasse. (SEVCENKO, 1999, p.34).

Todavia, não se deve esquecer que mesmo indicando que o carioca estava no caminho para uma europeização, também mostrava, claramente, uma negação do que era efetivamente brasileiro. “Abraçar a Civilização significava deixar para trás aquilo que muitos na elite carioca viam como um passado colonial atrasado, e condenar os

aspectos raciais e culturais da realidade carioca que a elite associava aquele passado.” (NEEDELL, 1993, p. 70).

Considerações finais

Por fim, podemos dizer que esta “obsessão” pela europeização, que por muito tempo se manteve restrita, na virada do século XX, tornava-se uma meta a ser alcançada. Essa meta, que trás consigo o modelo da *Belle Époque* francesa, acabou por ocultar uma série de problemas latino-americanos, jamais imaginados em um contexto europeu. Essa “obsessão” vai interferir diretamente na vida da população brasileira nesse momento, podemos citar, por exemplo, a Revolta da Vacina como uma das bandeiras que a população levanta contra essa modernidade que está sendo imposta de cima para baixo (ou de fora para dentro).

Assim, esse processo de modernização do país, que se mostra como uma tentativa de manutenção de poder por parte de uma sociedade conservadora, não obtém o sucesso esperado. A arquitetura aqui construída e montada para demonstrar esta modernização é o maior exemplo disto. Ela demonstra uma fachada “civilizada”, mas, por dentro, uma sociedade ainda atrasada, envolta por um passado colonial e escravista, com uma elite dominante e que não se desvencilhará tão facilmente deste histórico. Ou seja, temos uma tentativa de modernização, mas a modernidade, fundada como o primado da razão, uma experiência histórica, onde há uma reformulação de conceitos e hábitos de uma sociedade, um esfacelamento de suas antigas crenças e valores, não acontece de fato.

The Belle Époque Brazilian's: the urban transformations in Rio de Janeiro and its attempt to modernize in the nineteenth century

ABSTRACT

This article proposes to analyze, through a bibliographic study, the process of insertion of Brazil in the *Belle Époque*, by the urban transformations that took place in nineteenth century Rio de Janeiro, having France as a cultural reference. In addition, we will discuss concepts of modernization, modernity and modernism in order to understand this context of rupture from a traditional society to a modern one. Its main objective is to show that even with the rupture from the traditional past, much has been preserved from the colonial period.

Keywords: Modernity; Modernization; Paris; Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Modernidade e Revolução**. 1984. Disponível em: <http://www.iep.org.br/livros0modernidade_-_revolucao.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2009.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977a.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital: 1848 – 1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977b.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura no Rio de Janeiro na virada do século**. Trad.: Celso Nogueira. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade**: a França no século XIX. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.

PEREIRA, Elizabeth Guerra Parreiras Baptista. Cidades da América Latina: modernas ou modernizadas. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 6, n. 7, p. 49-56, Nov. 2010. ISSN 2237-8871. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1709>. Acesso em: 14 jan. 2012.

RÉMOND, René. **O Século XIX**: 1815 – 1914. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.